

## ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ - ASSOFEPAR

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de 2014, às 14h05min, no auditório do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA, situado na Rua Chile, nº 1678, Bairro Rebouças, Cidade de Curitiba/PR, reuniram-se os Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Paraná que assinaram a lista de presença em anexo, composta de 14 (quatorze) folhas devidamente numeradas e rubricadas pelo Presidente e Secretário da reunião.

O referido encontro foi divulgado por edital afixado no mural do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, situado na Avenida Marechal Floriano Peixoto, 1401, Bairro Rebouças, Curitiba/PR. Teve por finalidade: fundar a Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Paraná; discutir e aprovar o estatuto social da entidade; discutir e aprovar o valor da contribuição social; e, eleger o Conselho de Administração da citada Associação.

Às 14h05min o Cap. QOPM Ronaldo Carlos Goulart cumprimentou a todos e agradeceu pelas presenças. Destacou que os Oficiais presentes priorizaram o encontro em detrimento de outros compromissos. Mencionou também que um número considerável de Oficiais apoiadores do projeto também gostaria de participar do evento, mas não teve condições de fazê-lo. Reforçou a todos a importância de que assinassem a lista de comparecimento.

Mencionou a primeira reunião que aconteceu no dia 12 de novembro de 2014, no auditório da Associação da Vila Militar – AVM. Falou que naquela ocasião estiveram presentes aproximadamente 50 (cinquenta) Oficiais. Citou que antes do início da segunda reunião, um número bem superior a 200 (duzentos) se fazia presente.

Comentou sobre a necessidade de se escolher um Presidente para conduzir os trabalhos da assembleia. Apresentou como sugestão o nome do Cel. PM RR Izaías de Farias. Destacou que o Oficial em pauta tem acreditado e apoiado o projeto da criação da Associação dos Oficiais há alguns anos. Além da citada sugestão, o Cap. Goulart deixou a oportunidade aberta, perguntando aos presentes se alguém teria interesse em se candidatar para presidir a reunião.

Não havendo interessados entre os demais participantes, o Cap. Goulart pediu que levantassem o braço todos os presentes que apoiavam a proposta de que a presidência da reunião fosse exercida pelo Cel. Farias. Considerando a manifestação maciça favorável, o Oficial em questão foi eleito por aclamação para conduzir os trabalhos, a quem foi passada a palavra.

Assumindo a direção da reunião, às 14h09min, o Cel. Farias cumprimentou a todos e nomeou o Cap. QOPM Pedro Paulo Porto de Sampaio para secretariar os trabalhos. Em seguida, agradeceu à Reitoria do Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA pela cessão do auditório para a realização do evento. Agradeceu também a equipe de tecnologia do mencionado estabelecimento de ensino. Estendeu ainda os seus agradecimentos a todos os policiais e bombeiros que ao longo dos últimos anos somaram esforços para o planejamento e formação da Associação dos Oficiais.

Agradeceu aos Oficiais da ativa, evidenciando a presença do Cel. QOPM Washington Alves da Rosa. Destacou o apoio recebido do Cel. QOPM Nerino Mariano de Brito, por ter incentivado e apoiado os Oficiais das unidades do 1º Comando Regional a participarem da reunião. Ressaltou que o grupo presente é um grupo democrático que se dispõe a defender seus direitos.

Às 14h12min o Cel. Farias solicitou ao Cap. Caetano que realizasse a leitura do Edital de Convocação. Com a palavra, o mencionado Oficial dirigiu-se à frente e leu o citado documento.

Com a palavra o Cel. Farias, às 14h14min, comentou que a reunião seria dividida em dois momentos. Citou que a primeira parte seria formal, dedicada aos pontos citados no edital de convocação. Afirmou que após o encerramento dessa parte, seria aberta a parte informal, permitindo o uso da palavra pelos presentes que quisessem expor suas ideias ou fazer pronunciamentos. Destacou que a participação dos presentes, mesmo na primeira parte da reunião, era possível, mas que deveria ser relativa ao assunto discutido.

Citou que a primeira reunião foi realizada no dia 12 de novembro de 2014, ocasião em que foram discutidas as linhas norteadoras da Associação dos Oficiais. Comentou que naquela data um grupo de Oficiais se apresentou para trabalhar na elaboração da minuta do Estatuto. Informou que naquele encontro foi definida também a data de 10 de dezembro de 2014 para a próxima reunião. Relatou que o estatuto foi elaborado de forma concisa, mas de modo a não restringir a atividade de defesa dos direitos dos Oficiais.

Salientou as etapas de discussão e elaboração do estatuto, bem como o recebimento de sugestões verbais e escritas relacionadas ao tema. Citou o acatamento do maior número possível das referidas sugestões, priorizando a legitimidade do texto e a expressão da opinião da coletividade dos Oficiais.

Às 14h19min o Cel. Farias informou que o Cap. Goulart e o Cap. Caetano fariam a apresentação, discussão e votação da proposta de estatuto social da entidade. Passou então a palavra ao Cap. Goulart. Este iniciou sua fala comentando sobre a representatividade dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares nos vários Estados Brasileiros. Registrou que além de Clubes de Oficiais, voltados ao lazer da classe, a maioria das Unidades Federativas conta com Associações representativas dos Oficiais. Ressaltou que entre todos os Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, o único que ainda não possuía uma entidade nestes moldes, era o Paraná.

Comentou sobre o potencial da classe dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares. Defendeu a necessidade de que os pontos comuns fossem evidenciados, ao invés dos vários parâmetros de estratificação existentes, que muitas vezes dificultam a união da classe e a fragilizam. Ressaltou que o fortalecimento da classe passa por uma entidade que priorize a informação. Citou que nas diferentes regiões do Estado, muitos Oficiais sequer chegam a tomar conhecimento de vários assuntos que dizem respeito aos seus interesses. Destacou a necessidade de que a classe tenha a informação sobre as questões que repercutem nos seus direitos.

Destacou que a entidade em fase de criação, além de espaço destinado à informação, também se destinará à discussão, reunião de esforços e manifestação dos Oficiais. Frisou que os Oficiais precisam tomar conhecimento das questões que têm relação com os seus direitos e com as suas garantias. Ressaltou que essas questões precisam ser discutidas pela classe, em busca do posicionamento mais indicado. Comentou que os esforços precisam ser coordenados, e que a manifestação deve ser assegurada. Reforçou a necessidade de que a classe dos Oficiais desenvolva o senso de corpo e de conjunto.

Falou que a maioria dos Oficiais concorda com a importância de uma entidade representativa da classe. Citou que esta entidade precisa estar alicerçada em alguns fundamentos. Passou a apresentá-los como proposta. Falou sobre a independência e autonomia. Ressaltou que para falar em nome dos Oficiais, uma entidade não pode

ter vínculos de subordinação ou dependência com outro órgão, seja ele público ou privado.

Citou o fundamento da universalidade e igualdade. Afirmou que a entidade pode agregar todos os Oficiais Militares Estaduais, independente das suas diferenças relacionadas aos postos e quadros que ocupam, ou à condição em que se encontram, seja na ativa ou inatividade. Disse que os associados precisam ter direitos iguais, para que o posicionamento da entidade represente a visão da coletividade. Enfatizou que apesar de eventual discordância, é necessário que o pensamento divergente seja respeitado.

Registrou que a valorização do argumento deve se dar com base na coerência da sustentação e que o voto da maioria deve ser o norte para as decisões. Comentou ainda que eventuais divergências ou interesses pessoais devem ser superados quando o interesse geral é buscado.

Às 14h32min o Cap. Goulart passou a discorrer sobre as finalidades da associação, realizando a leitura das proposições. Afirmou que eventuais alterações ou supressões poderão ser realizadas em assembleia, caso no futuro alguma mudança se mostre necessária.

Em relação aos fundamentos e finalidades propostos, deixou a palavra aberta a todos aqueles que desejassem fazer alguma observação ou proposta de alteração. Como não houve nenhuma manifestação a respeito, submeteu à votação, e foram aprovados por unanimidade dos presentes.

Às 14h38min. O Cap. Goulart apresentou a proposta de funcionamento e da estrutura dos Conselhos Deliberativo, de Administração e Fiscal, bem como as respectivas formas de eleição. No que diz respeito à composição do Conselho Deliberativo, citou que o referido grupo será constituído por 03 (três) Oficiais de cada posto, eleito entre os seus pares. Enfatizou que dessa forma, os Coronéis escolheriam seus três representantes, os Tenentes Coronéis também, e assim por diante. Citou que esse conjunto de Oficiais, formado por 18 (dezoito) Oficiais com o mesmo direito de voz e voto, seria o responsável por analisar e discutir as questões de interesse da classe, bem como decidir pelo posicionamento e manifestação mais indicados para cada caso.

Quanto ao Conselho Fiscal, afirmou que os interessados em ocupar tal função precisarão se apresentar como candidatos. Todos os Oficiais associados poderão votar em um dos nomes. Ao final da votação, os cinco nomes mais votados serão considerados eleitos. Comentou que para a composição do Conselho de Administração serão apresentadas chapas, compostas por 05 (cinco) Oficiais, que poderão ser de um ou vários postos, quadros, da ativa, reserva ou reforma. Citou que todos os Oficiais associados poderão escolher uma entre as chapas apresentadas.

Afirmou que existem projetos para que as eleições aconteçam pela internet. Citou que se pretende permitir a participação dos Oficiais do Interior do Estado, tanto para votarem, como para serem votados.

Sobre a forma de eleição do Conselho Deliberativo, às 14h40min O Cap. QOPM Marcelo Moreira Só sugeriu que ao invés dos postos escolherem seus respectivos representantes, fosse avaliada a possibilidade de alteração do citado dispositivo, de forma que todos os associados votassem nos candidatos de todos os postos. Essa sugestão foi apoiada também pelo Cap. QOPM Rodolfo Kredens Silva e Cap. QOPM Valmir de Souza.

O Cap. Goulart reforçou que a proposta referente ao Conselho Deliberativo é que seja composto por 18 (dezoito) Oficiais. Seria integrado por 03 (três) Oficiais de cada posto. Comentou que os 03 (três) 2.º Tenentes seriam escolhidos pelos

associados que se encontram nesse posto. Estes 03 (três) eleitos falariam em nome dos seus pares e refletiriam a percepção deles. Citou que essa regra seria usada em todos os postos, de forma que os associados de cada posto tivessem a possibilidade de escolher 03 dos seus pares para representá-lo no Conselho Deliberativo.

Às 14h44min pediu a palavra o Cap. Souza. Afirmou que poderia ser aberto a todos os associados a possibilidade de votarem para os representantes de todos os postos. Em seguida, o Ten.-Cel. QOPM Adonis Nobor Furuushi manifestou posicionamento diverso daquele defendido pelos Capitães Moreira Só, Kredens e Souza. Afirmou que os Oficiais tendem a conhecer melhor aqueles que pertencem ao seu posto. Defendeu a formação do conselho Deliberativo por Oficiais eleitos pelos pares.

Às 14h47min, com a palavra o Cap. Goulart, discorrendo sobre a composição do Conselho Deliberativo, destacou que nesse grupo deverão existir Oficiais representando os associados de cada posto, como resultado da escolha dos associados do respectivo grau hierárquico, representando a percepção e a visão daquele segmento.

Às 14h50min o Cap. QOBM Marcos Adolpho Frederick Moro Galeazzi sugeriu uma terceira alternativa. Pediu que se avaliasse a possibilidade de que todos os associados elegessem um representante de cada posto, e que os outros dois representantes de cada posto fossem eleitos pelos seus pares. Retomando a palavra, o Cap. Goulart recomendou que esse ponto fosse colocado em votação, considerando as duas primeiras alternativas, visto que a terceira proposta constituía uma derivação da segunda. Ponderou que se a primeira opção fosse escolhida, a terceira poderia ser desconsiderada.

O Cap. Goulart solicitou que entre os presentes, levantassem a mão aqueles que concordavam com a primeira formatação proposta, de que todos os associados votassem nas chapas apresentadas para o Conselho de Administração, de que todos escolhessem livremente em um nome para o Conselho Fiscal, e de que os associados votariam entre os seus pares para a escolha dos integrantes do Conselho Deliberativo. Considerando que os votantes levantaram o braço, o Cap. Goulart solicitou que voluntários se apresentassem para fazer a contagem. Apresentaram-se então o 1.º Ten. QOPM Marcos Daner de Andrade e o Cap. QOPM Cláudio Prus.

Em seguida, o Cel. QOPM Chehade Elias Geha reforçou a ideia de que, para a composição do Conselho Deliberativo, cada Oficial associado votasse nos candidatos do seu respectivo posto. Argumentou que os Oficiais do mesmo posto se conhecem melhor e que, assim, terão melhores condições para escolher os seus representantes.

O Cap. Goulart agradeceu a manifestação do Cel. Chehade, e solicitou aos presentes que levantassem o braço aqueles que optavam pela segunda alternativa, no sentido de que todos os associados escolhessem representantes de todos os postos para a composição do conselho deliberativo. Feita a apuração, computaram-se 79 votos. Os demais presentes se abstiveram de votar. O Cap. Goulart então solicitou ao Cap. Prus a somatória dos votos. Após verificar as anotações, informou o resultado aos presentes, tratando-se de 92 votos para a primeira proposta e 79 para a segunda. Perguntou ainda aos presentes, se diante da votação realizada, esse ponto estaria superado e poderia ser tratado do próximo tópico, a grande maioria assentiu levantando o braço.

Às 15h01min. o Cap. Goulart comentou sobre a necessidade de se escolher um nome para a entidade. Relatou que muitas poderiam ser as sugestões, todavia, que para ser apresentado um nome para ser votado, era necessária a obtenção, junto a 04 (quatro) cartórios de Curitiba, de certidões negativas de denominação. Citou que dois

nomes foram discutidos pelo grupo incumbido da elaboração do estatuto, sendo o primeiro nome: Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Paraná – ASSOFEPAR.

Citou que o segundo cogitado foi: Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Paraná – ASSOF. Citou que a maioria das entidades representativas da classe dos Oficiais em outros Estados é ASSOF, ASOF ou alguma sigla contendo essas letras. Destacou que qualquer um dos nomes apontados poderia ser escolhido em votação, visto que tinham sido solicitadas e recebidas as certidões correspondentes.

Após alguns minutos para reflexão dos presentes, esse ponto foi colocado em votação pelo Cap. Goulart. Constatou-se que a primeira opção, Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Paraná - ASSOFEPAR, foi escolhida pela grande maioria dos presentes. Ainda solicitou que levantassem o braço aqueles que optavam pelo segundo nome. Constatou-se que um grupo reduzido de pessoas levantou o braço. Diante disso, destacou a evidência da escolha da primeira opção, ASSOFEPAR.

Às 15h05min o Cap. Goulart apresentou aos presentes duas propostas de valores de contribuição. Citou que ambas foram discutidas pelo grupo responsável da elaboração da minuta do estatuto. A primeira seria o equivalente a 0,5% (meio por cento) do subsídio base do 2.º Tenente, equivalente à primeira referência. Comentou que atualmente esse percentual corresponderia a R\$ 41,68 (quarenta e um reais e sessenta e oito centavos). Com relação à segunda alternativa, citou tratar-se de 1% (um por cento) do subsídio inicial do 2.º Tenente, que equivaleria a R\$ 83,36 (oitenta e três reais e trinta e seis centavos).

Às 15h07min o Maj. QOPM Manuel Jorge dos Santos Neto propôs a avaliação de que cada Oficial associado contribuísse com o equivalente a 0,5 % (meio por cento) dos seus vencimentos. Às 15h09min o Cap. Souza indagou se a contribuição mensal seria utilizada também para defesa de associados submetidos a processos criminais em razão de atos de serviço.

Em referência à proposta de contribuição proporcional, o Cap. Goulart mencionou que a contribuição igualitária para todos os associados, independente do posto, tem por base o fundamento da igualdade de direitos entre os associados. Com relação à possibilidade da utilização de recursos da entidade para defesa de associados em ações judiciais, destacou que, com base nas disposições do estatuto proposto, a prioridade da Associação dos Oficiais será a defesa do interesse da classe, enquanto coletividade. Afirmou que, havendo possibilidades financeiras, poderá o Conselho Deliberativo avaliar se o interesse é coletivo ou individual. Sendo a defesa de determinado policial, viável, e interesse da maioria, não se verifica vedação no texto proposto para o estatuto.

Às 15h09min o Cap. Goulart submeteu à votação o valor da contribuição. Solicitou que levantassem as mãos aqueles que optavam pela contribuição equivalente a 0,5% sobre a remuneração inicial do 2.º Tenente. Verificou-se que a grande maioria se manifestou favoravelmente. Em seguida, solicitou que levantassem as mãos os Oficiais que eram favoráveis à segunda opção, de que o valor da contribuição fosse fixado em 1% da remuneração inicial do 2.º Tenente. Um número bem reduzido se manifestou. Em razão dessa votação, ficou estabelecido o valor da contribuição social, de forma igualitária para todos os associados, em 0,5% sobre a remuneração inicial do 2.º Tenente.

Às 15h10min a palavra foi dada ao Cap. Caetano para apresentar as demais disposições do Estatuto. Este cumprimentou os presentes e comentou que o estatuto

foi elaborado de forma sucinta e que, mesmo aprovado, poderia, futuramente, ser avaliada a necessidade de alteração. Em seguida, passou a abordar os pontos do estatuto que ainda não haviam sido discutidos e votados. Apresentou as disposições relativas ao quadro social e as categorias de associados. Também apresentou a previsão dos direitos, deveres e penalidades a que estão sujeitos os associados. Na sequência, discorreu sobre a constituição do patrimônio social, dos ativos financeiros, destacando a necessidade de utilização de recursos tecnológicos para a consecução das finalidades da entidade.

A respeito de cada um dos pontos abordados, o Cap. Caetano abriu a possibilidade para que os presentes se manifestassem. Então, fez uso da palavra o Maj. QOPM Alex Erno Breunig. Questionou sobre a participação dos Oficiais da Reserva não remunerada no quadro associativo. O Cap. Caetano respondeu que a proposta é no sentido de que participem, destacando que isso se daria na condição de associado especial.

Citou ainda o Cap. Caetano, que os associados especiais manterão vários direitos comuns em relação aos associados efetivos, todavia não poderão votar nem serem votados nas eleições para fins composição dos conselhos. Ressaltou que vários Oficiais da Reserva não remunerada ocupam funções de destaque em outras instituições. Comentou que poderão contribuir com a Associação dos Oficiais, especialmente com suas experiências.

Apresentou as disposições estatutárias relativas aos órgãos que compõem a administração da entidade, citando entre eles a assembleia geral, o conselho deliberativo, conselho fiscal e conselho de administração. Comentou a respeito das atribuições dos conselhos e os deveres de cada um dos membros dos conselhos.

Comentou sobre o conselho de administração provisório, que seria eleito ainda na reunião. Disse que este ficaria incumbido de entregar uma estrutura mínima aos Conselhos eleitos nas eleições gerais, tratando dos registros cartoriais, divulgação da associação e cadastro de associados, bem como a convocação das eleições em no máximo 120 (cento e vinte) dias.

Apresentou as disposições relativas ao processo eleitoral e a possibilidade somente de uma reeleição. Destacou que se evitaria a permanência por vários mandatos consecutivos das mesmas pessoas.

Tratou dos casos em que os associados serão considerados inelegíveis. Disse que essa previsão tem por finalidade a manutenção da maior autonomia e isenção possíveis, evitando conflito de interesses. Citou o exemplo dos associados especiais e beneméritos, assim como aqueles que fizerem parte de outras entidades representativas de classe. Citou que os mandatos terão duração de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição.

Neste instante, o Maj. QOPM Robson Cláudio Ferreira Lima propôs inserção no estatuto, de disposição que vedasse a atuação nos conselhos da entidade de associados que durante o mandato viessem a se enquadrar nas hipóteses de inexigibilidade. Pela sugestão, nessa eventualidade o associado passaria a exercer função incompatível com a atuação nos conselhos da Associação dos Oficiais e deveria ser automaticamente substituído. Retomando a palavra, o Cap. Caetano submeteu a proposta à votação, que foi aprovada por unanimidade.

Às 15h23min o Cap. Caetano apresentou a previsão do estatuto para a participação remota dos associados. Enfatizou a possibilidade da utilização dos recursos tecnológicos para as eleições e participação dos Oficiais lotados em Unidades do interior. Destacou a facilidade que o mencionado recurso representará ao associado.

Concluída a exposição do projeto de estatuto, inseridas as alterações propostas em assembleia, foi aprovado na íntegra pela maioria dos presentes, nos exatos termos do Estatuto Social anexo à presente ata.

Às 15h27min o Cap. Caetano passou a palavra ao Cap. Goulart, que comentou sobre algumas tarefas que deveriam ser realizadas nos próximos dias. Citou a necessidade do registro da ata e do estatuto, cadastro de CNPJ, o desenvolvimento de um site para as comunicações da entidade, a divulgação da Associação e cadastramento dos associados, e a realização das próximas eleições para todos os conselhos.

Ressaltou a necessidade de se eleger um conselho de administração com atuação provisória para conduzir as citadas atividades. Comentou que alguns Oficiais já estavam envolvidos nesse processo, e que se apresentam como candidatos a conduzir os referidos trabalhos. Citou o nome do Cel. PM RR Izaías de Farias, do Ten.-Cel. QOBM Carlos Alberto Mascarenhas Machado, do Maj. QOPM Elias Ariel de Souza e do O Cap. QOPM Wladimir Denkewski. Deixou ainda o seu nome, Cap. QOPM Ronaldo Carlos Goulart, como proposta para integrar esse grupo.

Esclareceu que essa composição do conselho de administração provisório era apenas uma sugestão. Destacou a possibilidade de que entre os presentes fossem montadas chapas para assumir esse encargo. Ressaltou que, diante da escolha de outros Oficiais para o citado conselho, os Oficiais anteriormente referidos se colocavam à disposição para contribuir com tudo o que fosse possível.

Perguntou aos presentes se havia candidatos para assumir as funções em discussão. Como não houve manifestação, o Cap. Goulart repetiu os nomes dos Oficiais que se apresentavam como voluntários para a composição do conselho de administração provisório. Questionados os presentes se havia apoio e aprovação para essa composição, todos os presentes levantaram o braço, assentindo.

Diante disso, foi declarado eleito por aclamação e imediatamente empossado o conselho de administração provisório, conforme atribuições previstas no estatuto, com a seguinte composição: Cel. PM RR Izaías de Farias, como Presidente; Ten.-Cel. QOBM Carlos Alberto Mascarenhas Machado, como Vice-Presidente e 1º Secretário; Maj. QOPM Elias Ariel de Souza, como 2º Secretário; Cap. QOPM Wladimir Denkewski como 1º Tesoureiro; e, Cap. QOPM Ronaldo Carlos Goulart como 2º Tesoureiro.

O Cap. Goulart destacou que a Associação pertence a todos os Oficiais. Enfatizou a necessidade de que todos apoiem os trabalhos que serão conduzidos. Citou que as funções dos conselhos não são remuneradas, e que na Associação existe espaço para todos aqueles que estiverem dispostos a trabalhar pela coletividade.

Registrou a previsão de funcionamento das câmaras técnicas ou temáticas. Afirmou que os associados poderão formar grupos compostos por pelo menos 05 (cinco) integrantes, para elaborar estudos sobre qualquer tema que seja do interesse da classe dos Oficiais, inclusive de matérias especializadas, e encaminhar para análise do Conselho Deliberativo. Citou que este conselho, após a devida avaliação, votará o posicionamento oficial da entidade a respeito do tema abordado. Em seguida passou a palavra ao Cel. Farias na condição de Presidente do Conselho de Administração provisório eleito.

Às 15h30min o Cel. Farias declarou a posse do conselho eleito. Destacou e agradeceu a presença do Cel. PM RR Luiz Rodrigo Larson Carstens, assim como do Cel. QOPM Douglas Sabatini Dabul e do Cel. QOPM Chehade Elias Geha, especialmente pelo incentivo e apoio ao projeto da Associação dos Oficiais. Em

seguida, passou a palavra ao Maj. Elias para que falasse em nome do conselho eleito, que assumiu os trabalhos administrativos da entidade.

Às 15h02min o Maj. Elias cumprimentou os presentes destacando o prazer de falar em nome da nova Associação. Destacou que essa entidade é o local para descobrirmos e começarmos a construir aquilo que somos, e não aquilo que estamos. Citou que somos profissionais de segurança pública, Oficiais e cidadãos. Comentou que essa é a nossa identidade e que isso é que deve ser respeitado e cultivado. Afirmou que onde estamos, precisa servir ao propósito que nos identifica. Afirmou que em algum momento, pela falta de coesão, valorizamos mais onde estamos do que o que somos, e o resultado é a redução do respeito pelo que somos.

Falou sobre as discussões voltadas à extinção das Polícias Militares em âmbito nacional. Destacou que as pessoas querem uma polícia eficiente, competente, que resolva o seu problema, provendo segurança para elas e seus familiares. Comentou que está sendo construída na cabeça dos cidadãos a ideia de que a polícia militar é um mal, e que quem conduz esse mal são os seus Oficiais. Destacou que já passa da hora de provarmos que isso é mentira.

Disse que existem grupos de estudos em universidades que tratam da extinção das polícias militares. Questionou qual é a nossa resposta intelectual a essa falácia. Falou que até hoje a resposta havia sido o silêncio, mas que não será mais. Destacou que atitudes isoladas de resistência existiam, mas não um trabalho coordenado de enfrentamento. Frisou que precisamos ter essa noção de corpo, daquilo que somos e da nossa identidade. Destacou que precisamos agir com independência, sem amarras administrativas, políticas ou estruturais que restrinjam o nosso direito de manifestação e posicionamento.

Comentou sobre algumas experiências do passado, feitas no campo da segurança pública por critérios políticos, que aos Oficiais coube gerenciá-las. Afirmou que os referidos profissionais não tiveram oportunidade de manifestar sua contrariedade, mesmo percebendo tratar-se de erros conceituais. Ressaltou a importância de uma entidade desvinculada da estrutura administrativa institucional, que tenha condições de falar em nome da classe dos Oficiais, inclusive nas questões dessa natureza, para que os referidos profissionais não venham assumir a responsabilidade sobre decisões políticas equivocadas.

Destacou que vivemos em uma democracia e que esta não é sinônimo de concordância. Disse que, pelo contrário, democracia é o exercício do contraditório e do enfrentamento. Falou que democracia é a posição de uma maioria e não o consenso de uma vontade comum, mas vontades diferentes que são vencidas pela maioria.

Enfatizou que o fator distintivo de uma democracia de qualidade não está no tamanho da sua maioria, mas no tamanho do respeito que essa maioria dedica à minoria. Ressaltou as polícias militares do Brasil como componentes de uma minoria, que é absolutamente fundamental, e que deve ser respeitada pela importância que tem.

Referindo-se às Polícias Militares ainda, afirmou que são instituições que constroem e são guardiãs da própria democracia brasileira. Destacou que o Estado é democrático e de direito, que o direito exige a ordem e a atividade de controle para que a democracia possa se realizar. Registrou que sem a presença das citadas corporações não há democracia.

Lembrou exemplos recentes, como a mobilização da Polícia Militar no Estado da Bahia. Mencionou que o resultado da ausência das forças milicianas nas ruas é a desordem e o caos. Disse que a mesma Polícia Militar é o recurso para que a ordem



seja reestabelecida. Destacou que a Polícia, quando age, muitas vezes é vista como violenta. Por outro lado, quando se omite, é julgada como leniente. Levantou o questionamento de qual é a Polícia que a sociedade quer.

Disse que para essa resposta devem ser ouvidos também os profissionais da Polícia Militar. Disse que estes devem expor a sua posição, sua palavra e a sua versão, de forma absolutamente clara, transparente, direta e corajosa. Salientou a necessidade de que a classe tenha o atrevimento e a coragem de enfrentar essas questões.

Referindo-se a fundação da Associação dos Oficiais, disse que é o pleno exercício da democracia brasileira. Acrescentou que, se a democracia implica na liberdade e na capacidade de expressão, e de manifestação legítima e legal, porque os Oficiais, guardiões da democracia, responsáveis pela manutenção dela irão se calar. Disse que, se o espaço existe, é prestigiado e promovido para que se ponha a sua posição, por que a classe dos Oficiais deve se inibir. Levantou ainda a indagação do motivo que leva os referidos profissionais a se colocarem fora do processo democrático.

Destacou que respeito é uma via de duas mãos. Disse que os Oficiais obedecem e são conscientes da sua obrigação legal em respeito ao ordenamento jurídico. Mencionou que respeito é uma construção. Afirmou que se estabelece na medida em que se é respeitado. Declarou que, quando não se é respeitado o recurso é buscar o direito e aplicação da lei.

Observou que não há nenhuma proposta na Associação dos Oficiais que pregue a desobediência. Destaca que prega sim a obediência ao ordenamento jurídico e a obediência especial ao princípio democrático e à capacidade que os Oficiais têm de se posicionar. Acrescentou que o respeito será construído com as instituições públicas e privadas, com qualquer instância de poder interna ou externa, na medida do respeito que for atribuído à classe dos seus Oficiais. Nesses termos, finalizou o discurso de posse do conselho de administração provisório.

Com a palavra, o Cel. Farias ressaltou a importância da assinatura da lista de presença. Referindo-se aos futuros associados da entidade em relação à Corporação, disse que o grupo vai somar com a instituição, mas na defesa do interesse das pessoas. Destacou que para o fortalecimento da classe é necessário que a instituição seja forte. Disse também que não basta haver uma instituição forte, caso as pessoas que a compõem estejam perecendo.

Fez um agradecimento especial aos Oficiais que vieram das cidades do interior para participar do evento. Salientou o grau de dificuldade que enfrentaram, citando os companheiros de Cascavel, Maringá, Umuarama, Irati, Paranavaí, Toledo, Castro e demais municípios do Interior representados na reunião.

Às 15h46min, encerrando a parte formal do encontro, pediu que Deus iluminasse e concedesse força aos Oficiais no trilhar desse novo caminho. Declarou que foram discutidos, votados e decididos todos os itens pautados no edital de convocação. Com essas palavras, deu por encerrada a reunião, declarando fundada a Associação dos Oficiais Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Paraná – ASSOFEPAR.

Após os aplausos dos presentes, o Cel. Farias afirmou que iniciava a parte informal do encontro, ocasião em que os presentes poderiam fazer uso da palavra para seus pronunciamentos e opiniões sobre a entidade recém-formada.

O primeiro a se manifestar foi o Cel. Rodrigo. Iniciou sua fala dizendo que a data representava um dia histórico. Afirmou que não havia um dia mais propício para ser criada a Associação. Comentou que há aproximadamente 28 (vinte e oito) ou 29

(vinte e nove) anos, teve o mesmo ideal de formar uma Associação tal qual a recém-instituída. Afirmou que se pretendia discutir a instituição sobre o ponto de vista do ser humano, dos seus direitos, da sua experiência e da sua vida na profissão.

Comentou que naquela ocasião, no ano de 1986, integrava um grupo de seis Oficiais. Citou o Cel. Paredes, que se encontrava presente, outro integrante do referido grupo. Citou que também faziam parte o Luís Wanderley Gazoto, atualmente Procurador da República, Jurandir André, do Corpo de Bombeiros, Rigoni e Gilberto Kummer.

Disse que queriam um espaço como este para discutir, trazer as ideias, para apresentar sugestões e para aperfeiçoar a instituição como um todo, mas, sobretudo defender o direito do cidadão, do ser humano militar, do policial militar e do bombeiro militar. Citou que como resultado dessa iniciativa, foram recolhidos, presos e passaram 7 (sete) dias incomunicáveis aqui na Capital do Estado. Mencionou que não foi uma experiência muito exitosa. Acrescentou que hoje o cenário é diferente e que podemos fazer valer as nossas opiniões e nossas ideias.

Destacou que estamos perplexos com alguns acontecimentos e que as instâncias formais não podem fazer o enfrentamento até mesmo pela dificuldade da hierarquia e da disciplina, entendemos que podemos e devemos fazer da nossa forma, com a disciplina, com a hierarquia, com respeito, mas, sobretudo, também exigindo respeito. Citou que somos credores de muito respeito e que fazendo isso estamos defendendo não somente a categoria que está aqui se associando hoje, mas a todos os militares estaduais. Concluiu suas palavras congratulando a Associação ora criada, colocando-se a disposição para ajudar naquilo que estiver ao seu alcance.

Às 15h52min o Cel. Farias passou então a palavra ao Cel. Paredes. Este, iniciou dizendo que ficou muito contente em ser convidado para estar presente, e que passados muitos anos é uma satisfação e uma honra ver as jovens lideranças, os jovens Oficiais, demonstrando pra todos que nem tudo estava perdido. Afirmou que muita gente tem a intenção de extinguir as polícias militares. Registrou ainda que muitos ataques às referidas instituições vêm acontecendo, com pouca ou nenhuma resistência. Citou que alguns estão indignados e outros desesperados tentando fazer alguma coisa. Demonstrou acreditar na Associação recém-criada para fazer frente a essas questões. Cumprimentou os jovens que lideraram o movimento. Classificou como brilhante a ideia de construir essa Associação.

Acrescentou que a entidade já nasce tão forte. Deixou seu abraço, sua solidariedade, e seu orgulho de poder fazer parte de uma Associação deste porte. Colocou-se à disposição, acrescentando que não mede esforços em prol da defesa da polícia militar e dos nossos interesses. Falou que a Associação pode contar também com outros Oficiais da sua turma, que estão dispostos a contribuir com os seus apoios e experiências, pelo bem da classe dos Oficiais e o engrandecimento da Polícia Militar.

Com a palavra o Cel. Farias, destacou a importância de se conjugar a vibração dos novos com a experiência dos mais antigos, para que haja um ponto de equilíbrio. Reforçou que somos da mesma classe, Oficiais Policiais e Bombeiros Militares. Comentou que estávamos sem voz, mas que a partir de agora nós temos voz. Disse que teremos condições de defender os direitos da nossa classe e também a condição da nossa instituição continuar sobrevivendo. Enfatizou que não basta à instituição estar viva, ou estar viva e ajoelhada. Ressaltou que ela precisa estar viva e em pé.

Às 15h55min foi passada a palavra ao Maj. QOPM Carlos Henrique Cardozo. Fez uma sugestão em nome dos Oficiais do Interior. Citou que estavam em 12 Oficiais da região de Maringá. Destacou que vieram por entender a importância do momento,

que é histórico. Recomendou que nas próximas tratativas, assembleias e reuniões, que sejam feitas através de videoconferência, para possibilitar a participação de todos os Oficiais da Corporação.

Com a palavra o Cel. Farias afirmou que esta é uma preocupação do grupo. Destacou que esse evento foi transmitido pelo “youtube”. Mencionou o compromisso do grupo para integrar os Oficiais do Interior, e que soluções serão buscadas para permitir a participação de todos os Oficiais nos próximos eventos.

Às 15h57min o Ten.-Cel. QOPM Antônio Zanatta Neto fez uso da palavra. Cumprimentou a todos, propondo o início de estudos, com uma câmara técnica, para tratar exclusivamente da questão da saúde dos nossos policiais. Afirmou que estamos vivendo uma situação complexa há muitos anos. Destacou a necessidade de envolver o colegiado para discutir caminhos que possam ser adotados. Comentou sobre o desejo de envolver todos os Oficiais nessa discussão. Citou a necessidade de se tomar posições e levar propostas concretas para melhorias ou quem sabe outras providências do complexo de saúde da Corporação, que passa por várias dificuldades. Agradecendo a todos, encerrou as suas palavras.

O Cel. Farias ressaltou a relevância do tema da saúde, relacionando-o com os direitos e obrigações dos militares estaduais junto às suas famílias. Reconheceu a necessidade de que seja instituída uma câmara temática para esse tema. Afirmou ainda que o conselho de administração provisório dará atenção a esse assunto.

Perguntou ainda se mais algum dos Oficiais presentes gostaria de fazer uso da palavra. Como não houve manifestação, às 16h05min declarou encerrada também a parte informal da assembleia, agradecendo a todos. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, em seguida, foi assinada pelo presidente e secretário da assembleia.

Curitiba, PR, 10 de dezembro de 2014.

Cel. PM RR Izaías de Farias  
Presidente da Assembleia de Fundação

Cap. QOPM Pedro Paulo Porto de Sampaio  
Secretário da Assembleia de Fundação